

19 OUT 1987

08079 O

anc p. 1

A Federação revive para o Brasil- Governadores

NA HISTÓRICA Declaração do Rio de Janeiro, prevaleceu a unidade nacional, agora revivida em sua forma federativa, pela voz dos Governadores dos Estados brasileiros. O País e o Governo possuem hoje o rumo que os tira da desorientação, graças ao patriotismo extraordinário dos governadores signatários. O rumo serve à elaboração constitucional mal encaminhada, e às recomposições ministerial e administrativa.

SAI FORTALECIDA a unidade federativa do Brasil do encontro do Rio, cidade de espírito político fraterno, centro que reúne as grandes virtudes do povo brasileiro. Foi esse espírito de nacionalidade que ditou a condenação do predomínio de minorias na redação dos princípios gerais do texto constitucional.

A NOVA Constituição, diz a Declaração do Rio de Janeiro, "deve traduzir o consenso da Nação, assegurando a todos, inclusive às minorias, a liberdade de lutar pelos seus direitos, mediante a votação de leis ordinárias discutidas e votadas pelos representantes do povo".

ASSIM deve ser feito, a partir do momento em que os Governadores e a grande maioria do PMDB terão condições de restabelecer, daqui para a frente, na Comissão e no Plenário, essa regra de ouro: direitos das minorias se atendem na legislação ordinária respeitosa do consenso refletido na Carta.

A DECLARAÇÃO reanima a autoridade presidencial. Mostra a convergência de propósitos entre o Chefe da Nação e a maioria do PMDB. Lido o Documento presidencial, os Governadores concordam que ele "aponta na mesma direção das medidas de democratização tomadas pelo Governo, com o apoio do PMDB".

À ASSEMBLÉIA Constituinte cabe ouvir a voz dos Governadores. Face a "atualidade política e os compromissos da rede-

mocratização, eles requerem a preservação do princípio de duração e forma de governo dos atuais mandatos do Presidente, dos Governadores, parlamentares federais, estaduais, prefeitos e vereadores."

ESTE não é momento, contra a vontade do povo brasileiro, de serem acolhidas no texto constitucional manipulações de "grupos ou pessoas", pois se vislumbram interesses contrários à estabilidade da transição democrática.

O GLOBO bateu-se de corpo e alma, desde a primeira hora, pelo respeito aos mandatos e ao presidencialismo. A Constituição não deveria nascer com o pecado original de uma violência contra o princípio constitucional democrático do respeito à duração e à forma dos mandatos dos governantes eleitos antes da Carta em elaboração. A violência teria características anti-evolucionistas, revolucionárias e semearia a cizânia entre os brasileiros. Principalmente, porque ela seria cometida em causa própria, o Congresso assumindo a Chefia do Governo, através de um Conselho de Ministros.

A DECISÃO dos Governadores reunidos no Rio, sem alarme conclama o esforço geral contra a crise econômica, com atenção principal dada às "necessidades de investimentos indispensáveis ao crescimento e até à sobrevivência das diferentes áreas do País".

ESSE APELO supõe o reagrupamento "das forças de transição", para "consolidá-las, sem preconceitos, nem discriminações". Ao Presidente da República não falta, desde agora, a tranquilidade para governar, certo de que seu mandato e a forma de governo não estarão em causa enquanto governar. A oportunidade aberta pelo Documento presidencial e pela Declaração do Rio de Janeiro não pode e não deve ser perdida no seio da Assembléia Nacional Constituinte.